

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2024

I - DO OBJETO

O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO É **ADESÃO AO CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE ASFALTO**, conforme tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contrato de rateio da Usina de Asfalto (programa PROASFALTO) junto ao Consórcio CIDEMA.	Mês	9 (nove)	R\$ 24.000,00	R\$ 216.000,00

II – DADOS E JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO CONTRATADO

A empresa a ser contratada é o Consórcio Cidema, através do Programa Proasfalto, localizada na Avenida Nereu Ramos n. 2061, sala 02, Bairro Universitário, Chapecó SC, cep 89.812-111.

A escolha e definição da referida empresa para contratação foi efetuada pelo setor de Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento para adquirir asfalto para pavimentação de vias públicas a um custo menor do que adquirindo de empresas terceirizadas, uma vez que o consórcio CIDEMA possui a concessão da usina de asfalto de Chapeco e efetua a fabricação própria do produto e o Município de Cordilheira Alta já faz parte desde Consórcio desde anos anteriores.

Justifica-se a necessidade da contratação pelo motivo de o Município estar efetuando várias obras de pavimentação onde há a necessidade da massa asfáltica. Estas obras têm por objetivo a melhoria da mobilidade viária, e consequentemente, a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e demais transeuntes que transitam por estas vias.

III – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor anual para os consorciados é de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), que pode ser pago em parcela única ou dividido em 12 (doze) parcelas de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Verifica-se que conforme o setor requerente, devido ao Município de Cordilheira Alta/SC iniciar esta adesão em abril/2024, o valor será pago em 9 (nove) parcelas de 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) de forma a totalizar o valor anual.

O valor atualizado referente a esta contratação foi definido, conforme Ofício 071/2023 (Cidema), anexo aos autos, o qual atualizou os valores para o ano de 2024, em reunião com os representantes dos municípios consorciados.

IV – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO

O pagamento será de forma mensal, em 9 (nove) parcelas de 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para conta específica do Cidema, Banco do Brasil: 001, agência 321-2, conta corrente 122818-8.

As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo da dotação: Projeto Atividade 2.214, Elemento 3.1.71 e 3.3.71 Complemento do elemento 13 e 15. Despesas previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2024.

V – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A referida contratação está embasada no fundamento legal do Art. 2, §1º, III da Lei 11.107/2005.

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.:

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.;

VI – DA HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

Foi exigido o atendimento aos seguintes documentos de habilitação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura do certame.
- b) Ato Constitutivo/ Estatuto
- c) Cópia do documento do CPF do Socio majoritário / Ata de Posse

Da qualificação fiscal e trabalhista:

- d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede do participante;
- f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do participante;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Da qualificação econômica:

- i) Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial.

Das declarações:

- j) Declaração da proponente que atende ao que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.
- l) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Município de Cordilheira Alta.

VII – DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

O prazo de entrega dos bens será de acordo com a necessidade informada pela secretaria solicitante, agendando a retirada do asfalto junto ao Consórcio Cidema, previamente, respeitando sua capacidade de produção e demais agendamentos prévios;

O local de entrega será onde a(s) obra(s) viárias estará(ão) sendo executada(s);

A responsabilidade dos materiais para execução do serviço é da CONTRATANTE e o custo da entrega é da CONTRATADA.

Os bens serão recebidos, provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias pelo(a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

VIII – DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Valdemar Martins, Engenheiro Civil, que atuará como representante institucional. A gestão do contrato caberá a servidora Angelita Gabriel.

IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente processo será submetido à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua AUTORIZAÇÃO.

Cordilheira Alta/SC, 12 de abril de 2024.

CLAUDIA HAHN

Agente de Contratação

ANGELITA GABRIEL

Comissão de Apoio

FLAVIANO PERIN

Comissão de Apoio

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Comissão de Apoio

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Conforme justificativas citadas neste processo, fica autorizada a presente dispensa de licitação, com fundamento no Art. 2, §1º, III da Lei 11.107/2005.

Cordilheira Alta/SC, 12 de abril de 2024.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal